



## RECURSOS HUMANOS ATENÇÃO BÁSICA

No Estado de São Paulo (ESP), há vários anos diversos municípios vêm contratando profissionais para a Atenção Básica (AB) por meio de entidades privadas sem fins lucrativos que fazem a intermediação entre estes profissionais e a rede de AB. A partir desta constatação fez-se necessário qualificar melhor esta situação, estabelecendo, ainda, o perfil dos diferentes profissionais que atuam na Atenção Básica.

Foi realizada pesquisa pelo Observatório de Recursos Humanos, com financiamento do CNPq, constituída por duas fases: a primeira, junto às SMS, para levantamento dos contratos de trabalho praticados e a segunda fase, diretamente com os profissionais que atuam na Atenção Básica para conhecer o perfil de formação profissional e trajetória de empregos.

### FASE 1

Na primeira fase, os questionários foram aplicados em amostra de 42% dos municípios do Estado de São Paulo (exclui a capital), no período entre junho e agosto de 2007.

O questionário envolveu as contratações dos profissionais da AB "Tradicional" e PSF segundo entidade contratante, para médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde (ACS), auxiliares de enfermagem, dentistas, auxiliares de consultório dentário, psicólogos e outros profissionais de nível superior.

As práticas de contratação dos profissionais da AB foram analisadas segundo a **intermediação** dos contratos de trabalho: contrato direto com a SMS ou contrato mediado por entidade privada

Os 250 municípios entrevistados (91,6% de resposta) somam 26.256 profissionais contratados entre médicos, enfermeiros, dentistas, auxiliares ou técnicos de enfermagem, auxiliares de consultório dentário, psicólogos, agentes comunitários de saúde e outros profissionais de nível superior. Deste total, 16.424 atuam na AB "Tradicional" e 9.832 atuam no PSF.

### AS PRÁTICAS DE CONTRATAÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA

Do total dos 250 municípios, observou-se uma forte superposição dos modelos de organização da AB (Tradicional e PSF) nos mesmos municípios. Destes municípios, 113 praticam alguma intermediação de contratos de trabalho para pelo menos alguma de suas categorias profissionais.

Os contratos mediados (ou intermediados) por entidades privadas com ou sem fins lucrativos varia bastante em função do grupo profissional considerado e da modalidade assistencial a que estes profissionais estão vinculados. **No conjunto de todas as categorias profissionais consideradas, na AB "Tradicional" apenas 6,5% dos contratos são mediados por entidades terceiras, enquanto que no PSF as contratações são realizadas majoritariamente (51,3%) por meio destes intermediários.**

Os agentes comunitários de saúde constituem o grupo profissional com os maiores percentuais de contratos mediados por terceiros. No PSF, esta mediação tende a ser maior nos municípios de grande porte populacional e menor nos pequenos municípios.

Entre os médicos, a intermediação dos contratos é notadamente maior no PSF, com valor a redor de 47%. Diferente dos ACS, nesta modalidade assistencial, os municípios de médio porte são os que apresentam as maiores percentagens de intermediação de contratos entre os médicos.

**Prática de intermediação de contratos fortemente disseminada no modelo do PSF, para ACS, médico, enfermeiro e auxiliar de enfermagem.**

A intermediação dos contratos é prática corrente em número significativo de municípios, embora não sendo extensiva obrigatoriamente a todos os seus profissionais da AB. A presença simultânea dos dois modelos de organização da AB na maioria dos municípios estudados sugere que a opção pela intermediação dos contratos de trabalho tenha relação com a implantação do PSF, pois é nesta modalidade assistencial que se verificam as maiores proporções de intermediação de contratos por instituições privadas.

Estas situações variadas de composição e administração dos recursos humanos alocados na Atenção Básica, que envolvem intermediação (terceirização), possuem diversas implicações, seja sob o ponto de vista dos direitos do trabalhador, seja sob o ponto de vista do arcabouço jurídico que regulamenta a contratação e os gastos com pessoal, seja sob o ponto de vista das possibilidades da gestão municipal dos seus recursos humanos, tendo em vista os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**TABELA 1: Percentual de contratos mediados por terceiros no PSF e na AB "tradicional"**

PROFISSIONAL	PSF	AB "trad"
Agente Comunitário de Saúde	57,12	51,98
Aux. de Consultório Dentário	36,93	3,93
Aux/Téc. de Enfermagem	43,66	3,98
Dentista	38,33	1,40
Enfermeiro	46,17	4,72
Médico	46,97	6,91
Outros Prof. Nível Superior	38,64	6,18
Psicólogo	22,92	3,56
<b>TOTAL</b>	<b>51,27</b>	<b>6,51</b>



### FASE 2

Na segunda fase, foram entrevistados médicos e enfermeiros que atuam na AB "Tradicional" e no PSF e ACS, em amostra representativa destes profissionais.

A formação especializada para médicos (Residência Médica) recobre menos da metade dos profissionais, o que é preocupante, pois isto acaba por configurar a AB como atenção à saúde de baixa qualidade técnica. Este fenômeno é muito mais acentuado no PSF.

**TABELA 2: Percentuais de médicos em cada modelo assistencial, segundo situação em relação à Residência Médica.**

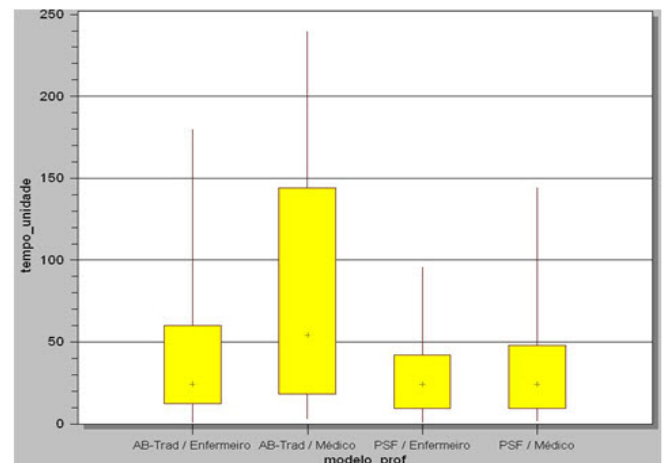
RESIDÊNCIA	PSF	AB Trad.
Básica*	20,6	44,8
Especializada	13,5	9,2
Não tem RM	65,9	45,9
TOTAL	100,0	100,0

\* área básica= clínica, pediatria, G-O, saúde da família, preventiva, comunitária

A ausência da Residência Médica na formação complementar dos médicos não pode ser explicada por um suposto tempo de formatura muito recente. Pelo contrário, metade dos médicos que atuam no PSF possui 11 ou mais anos de formado, enquanto que este número dobra entre os médicos da AB "tradicional".

O gráfico abaixo mostra que a fixação de enfermeiros nas unidades de AB é mais problemática que a dos médicos, e que no PSF esta situação de alta rotatividade profissional é intensa para ambos os profissionais.

**GRÁFICO 1: Distribuição dos tempos (em meses) de contrato na unidade de saúde para enfermeiros e médicos, segundo a modalidade de AB. (Mediana, Percentil 25 e Percentil 5)**



Este perfil de médicos e enfermeiros na AB, sobretudo no PSF, sugere a necessidade de uma intervenção mais decisiva dos gestores, no sentido de estabelecer políticas de contratação mais claras que possam valorizar a formação e qualificação profissional e que possam também estimular a permanência do profissional na unidade de saúde, fator importante para o estabelecimento de vínculos com os usuários da AB, tão desejável para este nível de atenção à saúde.